

O projeto “Ouvidoria Acolhidas” como instrumento para a promoção da igualdade de gênero no ensino universitário brasileiro: estudo desde a perspectiva do aprendizado dos direitos fundamentais

The project “Ouvidoria Acolhidas” as an instrument for the promotion of gender equality in brazilian university: a study from the perspective of fundamental rights learning

Ana Flávia Silva Aguiar¹
Beatriz Corrêa Camargo²

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo refletir sobre a importância, para o ensino do Direito e a promoção de direitos fundamentais, do Projeto de Extensão “Ouvidoria Acolhidas”, desenvolvido na Universidade Federal de Uberlândia (UFU). O artigo está dividido em três partes. Inicialmente, apresenta-se o surgimento do Projeto e seu escopo. Em seguida, destacam-se as principais frentes de trabalho estabelecidas em seus dois primeiros anos de atuação, enfatizando-se a consolidação das ações para a busca de soluções jurídicas, transformações institucionais e enfrentamento da desigualdade, violência e agressão de gênero na comunidade interna da Instituição, bem como a sua inserção num contexto mais amplo de criação de ouvidorias e redes de enfrentamento à violência em diversas instituições públicas de ensino do país nos últimos anos. Por fim, destacam-se os pontos positivos obtidos durante o período, estabelecendo-se a importância das atividades de extensão como meio de redução das diversas formas de agressão e violência de gênero praticadas no ambiente universitário.

Palavras-chave: Violência contra a mulher. Discriminação de gênero. Universidades. Projeto de extensão. Direitos fundamentais.

ABSTRACT

This article aims to reflect on the relevance of the Extension Project “Ouvidoria Acolhidas” in its first two years at the Federal University of Uberlândia (UFU). This paper is divided in three parts. The first is a brief presentation of the Project and its scope. Then, the main activities carried out in the chosen period are highlighted, emphasizing the consolidation of actions to seek legal solutions, institutional transformations and addressing inequality, violence and gender aggression in the institution's internal community, as well as its insertion in a broader context of creation of ombudsmen and networks to confront violence in several public educational institutions of the country in recent years. Finally, we stress the positive outcomes obtained in this period, establishing the importance of those extension activities as a means of reducing the various forms of aggression and gender violence practiced in the university.

Keywords: Violence against women. Gender discrimination. Universities. Extension project. Fundamental rights.

¹ Graduada em Direito pela Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, Brasil (ana-flavia-aguiar@hotmail.com).

² Doutora em Direito Penal pela Universidade de São Paulo, Brasil, com estágios de pós-doutorado na Universidade de Bonn, Alemanha, e na Universidade de São Paulo, Brasil; professora da Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, Brasil (beatrizcamargo@ufu.br).

INTRODUÇÃO

A desigualdade de gênero apresenta diversas faces, podendo ocorrer por meio do tratamento desigual entre homens e mulheres, por meio de violências físicas ou psicológicas, além do abuso de ordem sexual, e que tem as mulheres como a quase totalidade de suas vítimas.

Sua existência atinge inúmeros direitos fundamentais das mulheres. No ambiente universitário, a discriminação de gênero mostra-se particularmente nociva, uma vez que impede o direito de acesso ao ensino e ao exercício livre da profissão das estudantes mulheres (a respeito, vide os estudos empíricos de RAMEZANALI; VERDINELLI; FARBER, 2012 e JARDIM, 2016).

De forma mais ampla, as variações da desigualdade entre homens e mulheres afetam, ainda, o desenvolvimento das sociedades no que tange aos recursos humanos e econômicos. Nesse sentido, diversos estudos quantificam o preço da discriminação de gênero. Recente relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT), por exemplo, mostra que reduzir as desigualdades de gênero em 25% até 2025 poderia adicionar US\$ 5,8 trilhões para a economia global e aumentar as receitas fiscais. Para o Brasil, isso significaria um aumento de até 382 bilhões de reais ou 3,3% no PIB e um acréscimo de até 131 bilhões de reais em receita tributária (OIT, 2017).

Diante da importância dessa temática, o presente artigo tem por objetivo apresentar o Projeto de Extensão “Ouvidoria Acolhidas”, da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). O projeto, inicialmente concebido como espaço para o recebimento de demandas referentes a casos de abuso sexual, violência e discriminação de gênero dentro da UFU, será estudado aqui com vistas a refletir sobre a sua relevância para o ensino do Direito e a promoção de direitos fundamentais no Brasil.

As atividades de extensão propostas pelo Projeto alinham-se em três frentes. Primeiramente, o recebimento, exame e encaminhamento de reclamações, sugestões, denúncias e representações relativas à violência contra a mulher no ambiente universitário da UFU, bem como seu devido acompanhamento. Em segundo lugar, o atendimento jurídico-administrativo às demandas espontâneas relativas à violência contra a mulher no ambiente universitário. Por fim, em terceiro lugar, propuseram-se sugestões de medidas destinadas a inibir tais práticas na instituição, intervenções preventivas por meio de palestras e a confecção de material de cunho informativo sobre os direitos sociais e jurídicos das vítimas de violência contra a mulher no

ambiente universitário, destacando-se, no que tange a estes últimos, a responsabilidade do agressor nas esferas administrativa, cível e penal, bem como o dever do Estado em proporcionar segurança nas Universidades.

O período escolhido para análise engloba os dois primeiros anos de atividade da Ouvidoria, de fevereiro de 2016 a novembro de 2017. Durante o período avaliado, o que se constatou foi que o projeto em questão ofereceu a oportunidade de um aprendizado concreto da dimensão dos direitos fundamentais tanto por parte das discentes atuantes no projeto, como por parte dos estudantes, docentes e funcionários receptores de sua intervenção.

A extensão do direito para a comunidade universitária como instrumento contra o assédio sexual, a agressão e a discriminação de gênero

O surgimento do projeto de extensão “Ouvidoria Acolhidas” se deu por uma iniciativa de estudantes da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Uberlândia (FADIR/UFU), em reação a diversos incidentes envolvendo a segurança das mulheres no campus universitário. Ainda em curso, desenvolve-se atualmente no âmbito do Escritório de Assessoria Jurídica Popular da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Uberlândia (ESAJUP/UFU).

O âmbito de atuação do projeto, embora inusitado por se dirigir à própria comunidade universitária, justifica-se perante o enorme desamparo em que se encontram as mulheres vítimas de assédio, discriminação e violência no contexto universitário. Dentre os agressores se encontram chefes, professores e colegas de curso.

É importante observar que a constituição de uma ouvidoria especializada de atendimento à mulher na UFU se alinha a um movimento histórico de criação de ouvidorias e redes de enfrentamento à violência nas instituições públicas de ensino no Brasil. Conforme observam Camargo e Ferregutti (2016), esse movimento nas universidades brasileiras tem início no final do ano de 2015 e toma força no ano de 2016.

Nesse sentido, a “Ouvidoria Acolhidas” surge no ano de 2016 com o objetivo de receber e encaminhar reclamações, sugestões, denúncias e representações de alunas, professoras e técnicas, realizando o acompanhamento necessário.

A ação foi realizada por estudantes e professoras da instituição, destinando-se à própria comunidade universitária da UFU. As reuniões entre as coordenadoras do projeto e as extensionistas eram semanais. O tema e a metodologia das intervenções eram previamente discutidos pela equipe, tendo como base as demandas levantadas junto ao grupo, a partir de uma proposta de ação e reflexão do que foi aplicado e seus respectivos resultados.

Com o tempo, fizeram-se reestruturações no grupo e ampliações no escopo originário. Deste modo, passou-se a integrar uma proposta de amparo integral às mulheres, visando o respaldo psicológico, bem como o oferecimento de soluções jurídicas e transformações institucionais que não se limitam à atuação técnica perante o poder judiciário.

Durante os primeiros anos de experiência da ouvidoria, as acadêmicas do curso de puderam se defrontar com uma dimensão institucional do Direito muito mais ampla e diversificada do que a perspectiva do litígio judicial normalmente apresentada nas aulas tradicionais do curso de graduação. Em contrapartida, as acadêmicas do curso de Psicologia envolvidas no projeto puderam experienciar os desafios enfrentados pelas mulheres em situação de vulnerabilidade. Além da especificidade do tratamento dado à agressão de gênero, tais desafios ainda se caracterizam pelas respostas institucionais ainda bastante incipientes.

Para os objetivos propostos, a atuação da Ouvidoria se dividiu em diversos grupos de trabalho, desdobrando-se em diversas frentes. A primeira delas foi de caráter técnico-jurídico, envolvendo ações judiciais e administrativas como meios de responder aos casos de assédio que chegaram à Ouvidoria. Nesse sentido, buscou-se promover um diálogo interinstitucional dentro da Universidade, com a finalidade de chamar a atenção dos diversos órgãos e comissões processantes da Universidade para o problema da violência de gênero nas diversas esferas administrativas e acadêmicas. A segunda frente de trabalho se concentrou no diálogo com a Psicologia. Seu propósito era duplo: de um lado, a formação das discentes do curso de Direito para um acolhimento maduro e humanizado das partes no conflito; de outro lado, visava-se um convênio ou cooperação técnica de profissionais da área a fim de viabilizar a oferta de tratamento psicológico adequado às pessoas que procuravam a Ouvidoria. Por fim, a terceira frente de atuação se destinou à sensibilização e aproximação com a comunidade universitária, por meio de campanhas de conscientização e divulgação do projeto.

Os resultados obtidos no período de análise foram bastante positivos. A Ouvidoria Acolhidas se tornou referência na UFU, tendo sido noticiada por diversos veículos de comunicação, com

destaque especial para as reportagens da TV Universitária e artigos acadêmicos (por exemplo, ALVES, 2017; CAMARGO; FERREGUTTI, 2016; FRANCISCO; CAMARGO, 2017).

O projeto continua suas atividades, com novas metas, dentre as quais se destaca a realização de uma pesquisa para medição das diversas formas de agressão e violência de gênero praticadas na UFU. No futuro, o que se pretende é a elaboração de um estatuto de ética na Universidade que seja atual e efetivo, e sirva como importante instrumento para a difusão de uma nova cultura institucional.

O protagonismo das mulheres e a experiência da Ouvidoria Acolhidas na UFU: movimento e construção

Conforme aponta a literatura especializada, o Direito nunca foi particularmente sensível à desvantagem social experimentada historicamente pelas mulheres. Pelo contrário: a lei reforçou e manteve o padrão de desigualdade, falta de poder e de liberdade das mulheres em diferentes áreas da vida em sociedade (BORGES; NETTO, 2013). No Brasil do século XXI, na mesma medida, dados relativos à pobreza e a exclusão social seguem demonstrando que a mulher é quem ainda sofre os mais perversos efeitos da desigualdade social, sendo continuamente atingida pela violência de gênero em seus aspectos (físico, psíquico, sexual e econômico); tendo seus direitos violados nas mais diversas esferas de sua vida, desde sua inserção no mercado de trabalho até, inclusive, o acesso aos serviços públicos do Estado (BRASIL, 2011).

Entendido o gênero como a organização social da relação entre os sexos, pode-se dizer que não houve cultura ou época que não fosse permeada por assimetrias de direitos entre homens e mulheres (ASSUMPÇÃO, 2012). Em que pese isto, é possível destacar que no decorrer das últimas décadas houve sensível incremento do número de mecanismos institucionais de prevenção e resposta à violência contra a mulher em nosso país, sendo a promulgação da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340 de 2006) um dos mais conhecidos, cabendo ainda destacar a instituição da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República e sua respectiva Ouvidoria, pelo Decreto nº 4.625 de 2003; e, anos mais tarde, a publicação do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher. Em sua justificativa, o Pacto chamou atenção para o fato de que a violência contra a mulher é um problema muito mais complexo, multifacetado e frequente do que se costuma imaginar. Para mais da metade da

população, a violência é um dos três principais problemas que afligem as mulheres (BRASIL, 2007).

Em outras palavras, a desigualdade de gênero é um fenômeno observado em todas as esferas da sociedade, em caráter mundial, atingindo toda a coletividade de mulheres independentemente de faixa etária, classe social, escolaridade, raça ou etnia, e, por isso, o enfrentamento desse tipo de violência perpassa os mais diversos ambientes da sociedade civil, inclusive as universidades.

A questão da desigualdade de gênero no ambiente universitário é ainda pouco explorada, não existindo dados estatísticos estatais sobre a quantidade e o tipo das agressões sofridas pelas mulheres nas universidades brasileiras. Entretanto, casos de violência e agressão de gênero têm sido noticiados por veículos de comunicação em todo o país, estampando as manchetes nacionais.

No ano de 2016, o Instituto Avon e o Data Folha publicaram a pesquisa intitulada “Violência contra a mulher no ambiente universitário”, realizada durante os meses de setembro e outubro de 2015, com 1.803 estudantes, universitárias e universitários, de cursos de graduação e pós-graduação de todo o país. Tal pesquisa relevou que 42% das universitárias já sentiram medo de sofrer violência no ambiente universitário e 36% deixaram de fazer alguma atividade na universidade por medo de sofrer violência. Ademais, no que tange à percepção das diversas formas de violência de gênero perpetradas por universitários e sofridas pelas universitárias, os números impressionam: apenas 10% das universitárias relataram, espontaneamente, ter sofrido violência de um homem no ambiente universitário e festas correlatas. Porém, quando estimuladas por uma lista de violências, o número sobe para 67%; por seu turno, apenas 2% dos homens admitiram, espontaneamente, ter perpetrado algum ato de violência contra mulheres em tais ambientes. Contudo, quando estimulados, 38% reconhecerem ter cometido as violências apresentadas na lista. (INSTITUTO AVON; INSTITUTO DATA FOLHA, 2015).

Diante de situações de abuso cada vez mais frequentes no ambiente universitário, percebe-se que a reação contra as denúncias de violência sexual e de gênero, bem como, contra a baixa efetividade ou mesmo inexistência de mecanismos institucionais de prevenção, apuração e punição em tais casos, tem emanado, precipuamente, de discentes e docentes das instituições de ensino superior por todo o país. O intenso protagonismo feminino na busca pela efetivação

dos direitos das mulheres em tais casos evidencia-se, por exemplo, com a instituição da “Rede Não Cala! USP”, que reúne cerca de 200 mulheres, entre professoras e pesquisadoras, em 23 unidades da Universidade de São Paulo (USP), pelo fim da violência sexual e de gênero nos campi, funcionando de forma autônoma e em parceria com o “Escritório USP Mulheres”, que recebe e encaminha denúncias para a Ouvidoria, Procuradoria Geral e Comissão de Direitos Humanos da USP, além de desenvolver ações de conscientização, conforme informações constantes em notícia publicada no sítio eletrônico do Jornal USP (LEÃO, 2016).

Na mesma medida, publicada no sítio eletrônico Portal da Universidade Federal do Ceará (UFC), a notícia “Assédio contra mulheres é tema de campanha publicitária promovida por estudantes” (2016) destaca a realização de campanha publicitária sobre o assédio sexual contra mulheres, desenvolvida por alunas dos cursos de Publicidade e Propaganda e Jornalismo da UFC, no âmbito do Programa de Educação Tutorial de Comunicação (PETCom), visando conscientizar a comunidade acadêmica e a sociedade sobre o tema, especialmente, acerca do que se configura como assédio. Por fim, cita-se a recente promoção de reunião aberta “Construção coletiva de ações para o enfrentamento à violência contra as mulheres” pela Universidade de Brasília (UnB), em parceria com a ONU Mulheres, para levantar sugestões para um plano de ação para conscientização, prevenção e enfrentamento à violência contra as mulheres nos campi da universidade, consoante notícia veiculada no sítio eletrônico da Organização das Nações Unidas no Brasil (2016).

No âmbito da UFU, em setembro do ano de 2015, a notícia de que uma estudante foi vítima de uma tentativa de estupro no campus Santa Mônica, bem como a postura da instituição, ao informar “ter conhecimento do caso e que irá terminar averiguações antes de se pronunciar”, conforme consta em notícia publicada no portal de notícias eletrônico da Rede Globo de Comunicações sobre o título “Jovem sofre tentativa de estupro em banheiro feminino de campus da UFU” (2016), colocaram fim ao silêncio sobre a insegurança generalizada nos campi e iniciaram fortes debates acerca da necessidade de respostas institucionais às diversas formas de violência sexual e de gênero perpetradas contra estudantes, professores e técnicas-administrativas no ambiente universitário.

Nesse sentido, a partir da demanda posta pela própria comunidade acadêmica, foi instituída a Comissão de Gênero (por meio de portaria interna), composta por 25 servidoras e discentes, tendente a formular proposta de política institucional sobre gênero e ações de proteção às mulheres nos campi ao Conselho Universitário da UFU. Paralelamente, a partir da percepção

da real importância de que as mulheres se conscientizem de seus próprios direitos e, sobretudo, da necessidade de que pudessem se sentir confortáveis para denunciar toda e qualquer forma de violência, surgiu a “Frente de Assessoria Coletiva: Ouvidora de Atendimento à Mulher”, iniciativa de alunas e professoras da Faculdade de Direito da UFU.

Instituída com Projeto de Extensão vinculado ao Escritório de Assessoria Jurídica, a Ouvidoria Acolhidas – como posteriormente passou a se identificar – pautou-se na convicção de que para superar a violência sexual e de gênero contra a mulher é preciso investir no desenvolvimento de políticas públicas que acelerem a redução das desigualdades entre homens e mulheres, bem como na necessidade em estabelecer um espaço institucional de atenção, orientação e defesa dos direitos das mulheres.

Os dois primeiros anos de ouvidoria acolhidas: atividades realizadas

De acordo com o disposto no Michaelis Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa, o vocábulo *acolhida* deriva diretamente da palavra *acolhimento*, que por sua vez, pode ser significada como: i) acolho, guarida; ii) abrigo pelo qual não se pede pagamento; agasalho, hospitalidade; iii) lugar onde se encontra amparo, proteção; refúgio. Como se percebe, a acepção do termo *acolhida* evidencia de pronto a razão de ser do projeto de extensão que constitui a Ouvidoria de Atendimento à Mulher da Universidade Federal de Uberlândia, qual seja, instituir não apenas um serviço especializado de enfrentamento à violência, mas realizar uma série de intervenções de caráter contínuo e duradouro que se destinam a estruturar um espaço institucional representativo de promoção, defesa e valorização dos direitos das mulheres, no qual a busca por soluções ao assédio sexual e violência de gênero respeite a voz dessas mulheres.

Ao longo de seus primeiros anos de existência, no período de março de 2016 a novembro de 2017, a Ouvidoria Acolhidas contou ao todo com a coordenação de 3 docentes vinculadas à Faculdade de Direito, a participação de 15 discentes, sendo 13 delas ligadas ao curso de Direito e 2 do curso de Psicologia, 1 técnica-administrativa e 1 advogada. Vale mencionar que dentre as discentes envolvidas no projeto havia uma jovem transgênero, cuja participação foi essencial para a conscientização da equipe sobre a especificidade das agressões sofridas pelos membros da comunidade LGBTTT. As atividades de extensão foram desenvolvidas em parceria com o ESAJUP/UFU, órgão que atua na prestação de serviços jurídicos à população

de baixa renda, e cujas atividades constituem componente curricular obrigatório aos discentes da referida unidade.

Em todo o período de execução do projeto, as atividades interdisciplinares realizadas pelo grupo abrangeram tanto um público geral direto, compreendendo as discentes, docentes e técnicas administrativas da UFU vítimas da agressão de gênero no ambiente universitário; quanto um público geral indireto, que engloba a coletividade de discentes regularmente matriculados na instituição e seus respectivos servidores, professores ou técnico-administrativos, além do público externo à universidade que se beneficia das atividades de conscientização e esclarecimento sobre a discriminação e a violência de gênero.

Ações voltadas para as vítimas de violência e agressão (público direto)

No que tange ao primeiro grupo, isto é, as vítimas de agressão que nos procuraram, as ações do projeto compreenderam: receber e examinar reclamações e denúncias relativas a casos de violência de gênero, tanto por via eletrônica, no e-mail e sítio do projeto, quanto presencialmente, no espaço físico do ESAJUP-UFU; sugerir às mulheres a adoção de medidas tendentes a solucionar o problema; encaminhar reclamações e denúncias aos órgãos administrativos competentes e acompanhá-las; representar as vítimas em processos administrativos no âmbito da Comissão Permanente de Sindicância e Inquérito Administrativo da Universidade Federal de Uberlândia (COPSIA/UFU); bem como, representá-las em processos judiciais.

Apesar de constituir um projeto destinado às mulheres envolvidas em todas as esferas da instituição, a quase totalidade das reclamações recebidas foram oriundas do universo das discentes. Muitos casos se referiam ao assédio de professores em sala de aula. Durante esse período, houve apenas um caso de denúncia da parte de uma técnica-administrativa, assediada pelo colega de trabalho no ambiente de serviço. Cabe conjecturar a razão pela qual professoras e funcionárias não se sentiram à vontade ou não tiveram confiança para levar adiante suas demandas em nível institucional. Talvez o fato de ser um projeto encabeçado por estudantes, com publicações nas redes sociais direcionadas ao público jovem, seja um aspecto a ser considerado nesse sentido.

De qualquer modo, o que se pôde perceber mesmo dentre as estudantes que nos procuraram foi um enorme receio quanto a prosseguir com suas denúncias. Conforme se esperava

inicialmente, chegaram até nós casos graves de assédio moral e sexual praticados por professores, alunos e técnicos homens, além de episódios envolvendo violência sexual em festas universitárias.

Tanto quanto possível, as acadêmicas do curso de Psicologia ofereceram um apoio de emergência para as vítimas que nos procuraram. O objetivo inicial de obter uma parceria com a Faculdade de Psicologia para o atendimento especializado desses casos infelizmente foi frustrado (FRANCISCO; CAMARGO, 2017). Por sorte, pudemos contar com a colaboração voluntária de uma psicóloga com experiência na área da Constelação Sistêmica. Nesse sentido, foi realizado um trabalho coletivo com as integrantes do grupo a fim de esclarecer e despertar sobre as questões psicológicas envolvidas tanto para as vítimas quanto para nós, acolhedoras.

Ações de informação e conscientização voltadas para a comunidade universitária e a comunidade externa (público indireto)

Com relação ao público indireto de ação, isto é, o público que não nos dirigiu demandas por situações de agressão dentro da universidade, as ações do projeto tiveram caráter eminentemente preventivo e informativo, destinando-se à conscientização da comunidade universitária acerca da problemática da violência de gênero, como também a disseminar informações necessárias para a identificação de suas diversas formas de manifestação, além de divulgar o atendimento disponibilizado pela Ouvidoria Acolhidas.

Uma das primeiras ações de conscientização da comunidade universitária realizadas durante o período foi a confecção da Cartilha Acolhidas (Figuras 1 e 2), material de conteúdo informativo destinado fundamentalmente às vítimas desse tipo de violência na UFU. A cartilha incluiu as seguintes informações: i) Quem somos: apresentação da Ouvidoria Acolhidas enquanto entidade especializada de atendimento à mulher no ambiente universitário; ii) Onde nos encontrar: respectivas formas de contato e localização da Ouvidoria Acolhidas na UFU; iii) Qual nossa missão: apresentar a luta contra a violência de gênero na UFU enquanto objetivo da Ouvidoria Acolhidas, explicitando série de ações a que tal entidade destina; iv) O que é violência de gênero na universidade: explicação sucinta e elucidativa acerca dos conceitos de violência sexual, moral e discriminação de gênero e, por fim, uma lista de itens destinados à checagem de possível ocorrência desse tipo de violência.

Figura 1 – Cartilha Acolhidas (Frente)



Fonte: Arquivo do Projeto, 2017.

Figura 2 – Cartilha Acolhidas (Verso)



Fonte: Arquivo do Projeto (2017).

A cartilha foi distribuída em pontos estratégicos da universidade e era sempre distribuída nos eventos realizados pela Ouvidoria. A divulgação do projeto também foi realizada por meio da criação de uma página no Facebook (Acolhidas Ouvidoria), na qual se realizam postagens periódicas com o posicionamento do grupo sobre casos atuais de agressão de gênero. As notícias eram sempre discutidas antes de serem postadas na internet.

No que se refere às ações de conscientização, foram realizados diversos eventos acadêmicos de natureza variada: i) a exibição do documentário estadunidense *The Hunting Ground*:

Vamos debater violência de Gênero na Universidade?, evento realizado em junho de 2016, em parceria com o Sindicato dos Técnicos Administrativos da UFU (SINTET/UFU), cujo tema central foi a violência sexual nas universidades estadunidenses, e, posterior discussão da temática com os presentes; ii) Semana de Recepção da UFU referente ao segundo semestre letivo de 2016 e ao primeiro semestre de 2017, atividade que envolveu a realização de eventos nos campi Santa Mônica, Umuarama e Educação Física, por meio de exibição de curtas-metragens e posteriores debates com os calouros e as calouras. Nesse momento, buscou-se rememorar com os alunos e alunas situações pregressas, em casa, na rua e na escola, em que vivenciaram ou observaram alguma situação de violência, discriminação ou abuso de natureza sexual; iii) Grupo de Trabalho “O papel das mulheres nas instituições” na XXVI Jornada Jurídica da UFU (2016), evento acadêmico realizado pelo Diretório Acadêmico do Curso de Graduação em Direito, no qual, após a exibição de curtas-metragens, dividiu-se grupos de discussão conforme os gêneros masculino e feminino, com ulterior desenvolvimento de carta de intenções; iv) Mesa de debates sobre “A participação da mulher na política”, discutindo a falta de representatividade da mulher nas instâncias democráticas e os desafios existentes nesse sentido.

Todos esses eventos tiveram a cobertura da mídia da universidade, que lançou notas divulgando os eventos e por diversas ocasiões realizou entrevistas e reportagens por meio da TV Universitária. O projeto também despertou o interesse de jornais locais, como o Correio de Uberlândia, acorde notícia intitulada “Coletivos em redes sociais oferecem apoio e defesa às mulheres” (2016).

Acreditamos que essa cobertura inicial da mídia se deveu em grande medida a uma questão de conjuntura. Primeiramente, porque o próprio ano de 2016, no geral, ofereceu abertura para a discussão de pautas feministas no espaço público. Em segundo lugar, porque o próprio espaço da mídia universitária contava com mulheres em postos de liderança, particularmente interessadas pela discussão de gênero.

O ano de 2017, por sua vez, foi focado no desenvolvimento de uma proposta levantada pelas discentes chamada “Quarta Acolhida”. Toda última quarta-feira do mês se realizaram encontros para palestras e debates sobre temas importantes na promoção da igualdade de direitos entre os gêneros. Os temas e palestrantes foram: i) Palestra sobre o tema “A interseccionalidade entre racismo e machismo”, realizada no dia 22 de fevereiro de 2017, às 17h, no Bloco 3-D do Campus Santa Mônica. Palestrante: Réveny Cristina de Souza Silva; ii)

Palestra sobre o tema “A banalização da violência contra a mulher na mídia”, realizada no dia 31 de maio de 2017, às 17h, no Bloco 3-D do Campus Santa Mônica. Palestrante: Débora Regina Pastana; iii) Palestra sobre o tema “A constelação sistêmica e as relações de gênero”, realizada no dia 13 de junho de 2017, às 19h, no Bloco 3-D do Campus Santa Mônica. Palestrante: Luciana dos Santos de Paula; iv) Palestra sobre o tema “Aborto além da polêmica: saúde pública”, realizada no dia 28 de junho de 2017, às 17h, no Bloco 5-V do Campus Santa Mônica. Palestrantes: Mariana Hasse e Marília Freitas; v) Palestra sobre o tema “A mulher e o cárcere”, realizada no dia 26 de julho de 2017, às 17h, no Bloco 5-V do Campus Santa Mônica. Palestrantes: Alessa Pagan Veiga e Jaqueline Sousa; vi) Palestra sobre o tema “Violência Obstétrica”, realizada no dia 27 de setembro de 2017, às 17h30, no Bloco 2-C do Campus Umuarama. Palestrantes: Amanda Buso Borges e Nyessa Souza Arantes Nogueira; vii) Palestra sobre o tema “Lesbofobia e Bifobia: fetiche e preconceito”, realizada no dia 18 de outubro de 2017, às 17h, no Bloco 5-V do Campus Santa Mônica. Palestrantes: Camila Troffoli Ribeiro e Ludymila Duarte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Graves violações ao direito de autodeterminação individual, a discriminação contra as mulheres, o assédio sexual que as atinge e a violência de gênero, constituem mazelas que atingem negativamente a economia e o desenvolvimento social. Sua presença no ambiente universitário mostra-se particularmente nociva, uma vez que impedem o direito de acesso ao ensino e o exercício livre da profissão das estudantes mulheres.

Ao longo do período de execução do projeto analisado nesse estudo, foi possível reafirmar que enfrentar a violência contra a mulher nas universidades significa enfrentar um fenômeno multidimensional, que independente de idade, orientação sexual, classe social, nível de escolaridade ou mesmo posição funcional superior nos quadros da instituição.

O machismo ainda se encontra fortemente presente nesses ambientes, os quais, não obstante, devem se constituir como espaços de amplo acesso à informação, educação e intercâmbio cultural entre seus membros. A conscientização acerca das diversas formas de manifestação da violência de gênero, bem como o esclarecimento sobre os seus direitos e os mecanismos institucionais necessários à sua efetivação constituem os primeiros passos para o

enfrentamento dessas discriminações e a consequente redução das desigualdades entre homens e mulheres no país.

REFERÊNCIAS

ACOLHIDAS OUVIDORIA. Disponível em: <https://www.facebook.com/Acolhidas/>. Acesso em: 8 abr. 2019.

ALVES, C. L. Universidades, discriminação por gênero e assédio sexual: o caso da IF Goiás e a Ouvidoria Acolhidas da Universidade Federal de Uberlândia. **Empório do Direito**, São Paulo, 2016. Disponível em: <http://emporiოდodireito.com.br/universidades-discriminacao-por-genero-e-assedio-sexual-o-caso-da-if-goias-e-a-ouvidoria-acolhidas-da-universidade-federal-de-uberlandia-por-candice-lisboa-alves/>. Acesso em: 8 abr. 2019.

ASSÉDIO contra mulheres é tema de campanha publicitária promovida por estudantes. **Portal da Universidade Federal do Ceará**, 23 maio de 2016. Disponível: <http://ufc.br/noticias/noticias-de-2016/8291-assedio-contra-mulheres-e-tema-de-campanha-publicitaria-promovida-por-estudantes>. Acesso em: 8 abr. 2019.

ASSUMPCÃO, S. R. **Justiça e gênero sob uma perspectiva cosmopolita**. 2012. 139 f. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Ciência Política, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

BORGES, P. C. C. B; NETTO, H. H. C. A mulher e o direito penal brasileiro: entre a criminalização pelo gênero e a ausência de tutela penal justificada pelo machismo. **Revista de Estudos Jurídicos UNESP**, v.17, n. 25, p. 317-336, ago.-dez. 2013. Doi: 10.22171/rej.v17i25.927.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Pacto nacional pelo enfrentamento à violência contra mulher**. Brasília: SPM, 2007.

BRASIL. Presidência da República. **Revista Ouvidoria da Mulher: Central de Atendimento à Mulher**. Brasília: SPM, 2011.

CAMARGO, B. C.; FERREGUTTI, B. Cifras negras do crime de assédio sexual e atenção assistencial à vítima. In: SAAD-DINIZ, E. (org.). **O lugar da vítima nas ciências criminais**. São Paulo: LiberArs, 2016.

COLETIVOS em redes sociais oferecem apoio e defesa às mulheres. **Jornal Correio**, Uberlândia, 2016. Disponível em: <http://www.correiodeuberlandia.com.br/violencia-contra-a-mulher/coletivos-em-redes-sociais-oferecem-apoio-e-defesa-as-mulheres/>. Acesso em: 2 jun. 2017.

FRANCISCO, C.; CAMARGO, B. C. Desafios da extensão para a comunidade universitária: o primeiro ano do projeto “Ouvidoria Acolhidas” para casos de agressão e discriminação de gênero na Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais. **Em Extensão**, Uberlândia, v.16, n. 2, p.147 - 154, jul.-dez. 2017. Doi: 10.14393/REE_v16n22017_rel01.

INSTITUTO AVON; INSTITUTO DATA FOLHA. **Violência contra a mulher no ambiente universitário**. 2015. Disponível em: http://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2015/12/Pesquisa-Instituto-Avon_V9_FINAL_Bx.pdf. Acesso em: 15 mar. 2017.

JARDIM, L. B. S. **A desigualdade de gênero nas universidades naturaliza as relações discriminatórias do mercado de trabalho?** São Paulo: FGV- EAESP, 2016.

JOVEM sofre tentativa de estupro em banheiro feminino de campus da UFU. **G1**, 21 set. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/minas-gerais/triangulo-mineiro/noticia/2015/09/jovem-sofre-tentativa-de-estupro-em-banheiro-feminino-de-campus-da-ufu.html>. Acesso em: 12 mar.2017.

LEÃO, I. Rede de professoras da USP luta contra a violência sexual e de gênero. **Jornal USP**, 26 ago. 2016. Disponível em: <http://jornal.usp.br/universidade/rede-de-professoras-da-usp-luta-contr-a-violencia-sexual-e-de-genero/>. Acesso em: 8 abr. 2019.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Reduzir a desigualdade de gênero beneficiaria as mulheres, a sociedade e a economia**. 2017. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/oit-reduzir-a-desigualdade-de-genero-beneficiaria-as-mulheres-a-sociedade-e-a-economia/>. Acesso em: 8 abr. 2019.

RAMEZANALI, M.; VERDINELLI, M. A; FARBER, S. G. A universidade está contribuindo para a igualdade de gênero? Um olhar sobre a percepção dos docentes de pós-graduação. **Revista Gestão Universitária na América Latina**, Florianópolis, v. 5, n. 4, p. 116-140, Edição Especial, 2012. Doi: 10.5007/1983-4535.2012v5n4p116.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. UnB e ONU mulheres realizam reunião aberta sobre violência contra mulheres na universidade. 2016. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/unb-e-onu-mulheres-realizam-reuniao-aberta-sobre-violencia-contr-mulheres-na-universidade/>. Acesso em: 8 abr. 2019.

Submetido em 13 de março de 2019.
Aprovado em 8 de maio de 2019.